



Valor Econômico

Empresas ganham prazo maior para participar de leilões

Governo faz concessões e aprova o novo modelo

Os investidores do setor elétrico conseguiram ontem uma importante vitória com a inclusão do seu principal pedido no novo modelo do setor elétrico, aprovado ontem, no Senado. Ontem, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, se reuniu pela manhã com as lideranças no Senado e acabou cedendo. À tarde, o relatório da Medida Provisória 144 foi aprovado por votação simbólica. Os destaques serão votados na próxima terça-feira, dia 9. A votação da MP 145, que cria a EPE (Empresa de Pesquisa Energética), também ficou para a próxima semana.

A principal vitória dos agentes ontem foi conseguir estender o benefício de participar dos leilões de energia nova, onde os preços são mais atrativos, a um número maior de usinas já existentes. O texto aprovado no Senado estabelece que todas os projetos de geração que entraram em operação a partir de 1º de janeiro de 2000 terão esse direito. No relatório aprovado na Câmara dos Deputados, o benefício era estendido apenas aos projetos em operação a partir de 1º de janeiro de 2003, o que já permitia a inclusão de 29 usinas hidrelétricas e 19 térmicas já licitadas em novos leilões.

Logo após a votação, Dilma disse que o governo aceitou esse pedido para viabilizar a votação do novo modelo. "Nunca houve no país um leilão onde os investidores ofereceram energia já pronta", disse Dilma, já conformada. "Foi suportável, e acredito que não muda o cerne do modelo. Enquanto houver energia semi-nova não contratada, a prioridade de contratação é dela", afirmou.

Como consequência desta emenda, a ministra avaliou que o perfil dos próximos leilões será modificado. Ela acredita que haverá uma "defasagem" na entrada de energia nova, mas não vê maiores problemas com a medida. Dilma mudou o discurso e disse ontem que não mais acredita que a entrada de energia existente venha a inibir a atração de novos investimentos.

"Esse problema de energia velha ou nova é um problema falso, porque é obvio que a energia já existente precisa ser contratada antes de existir a nova. E o problema dos investidores é um problema de preço, apenas. E eu não vou tratar da ótica microeconômica de cada empresa. Eu tenho que ter a visão macroeconômica", afirmou a ministra.

Ontem os investidores conseguiram também incluir na MP o aumento do prazo de transição para até 2006, para que a energia existente seja negociada em leilões com prazos de até quatro anos para entrega após a realização dos leilões.

Segundo Dilma, essa transição maior permitirá que o investidor com usinas em obras se sintam seguros com a garantia de contratação futura. A ministra lembrou que esta regra não é válida para energia já contratada hoje.

Essas mudanças foram incorporadas ao texto durante as negociações ocorridas na manhã de ontem, entre a ministra e as lideranças no Senado.

Apesar dos avanços obtidos pelos agentes, o presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, disse que "certamente não viu como satisfatório" o que foi aprovado. A principal reclamação de Sales é quanto ao pleito das distribuidoras de repassar 100% dos custos à tarifa. O texto aprovado ontem excluía do repasse apenas um leilão de compra de energia de ajuste que eventualmente venha a ser feito. O relator da MP 144, senador Delcídio Amaral (PT-MS), já havia dito aos investidores que não aceitaria a inclusão do leilão de ajuste.

Sales disse, porém, que reconhece o esforço dos senadores, que produziram alguns resultados positivos. "Destaco como o principal avanço a ampliação do benefício de participação dos leilões de energia velha aos projetos de 2000", disse.



Um outro problema que vinha impedindo a votação da MP 144 também foi aparentemente acordado ontem. O governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), havia mobilizado a bancada pemedebista no dia anterior para não votar a medida por conta do seu pleito de deixar a estatal Copel de fora das novas regras. Requião quer a possibilidade de renovação dos contratos da Copel Geração com a Copel Distribuição até 2015. Esses contratos entre empresas do mesmo grupo, chamado de "self-dealing", não foi permitido no novo modelo.

Para se chegar a um acordo para a votação, foi definido que o assunto será discutido posteriormente entre o governador e a ministra. Após a votação, no entanto, Dilma afirmou que "não tem nada a ver com isso". Segundo ela, a Copel pediu à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para vender 100% de sua energia para ela mesma. Esse pedido, segundo Dilma, foi feito em julho de 2003 à agência, sob as atuais regras. Ainda segundo a ministra, a Aneel negou o pedido da Copel em novembro. " É um assunto para ser tratado entre a empresa e a agência, e não comigo", disse a ministra.